



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Caúla Reis



243

HABEAS CORPUS Nº 213789-5 – RECIFE (2º V. Crim. dos Feitos Relativos a Entorpecentes)

IMPETRANTE: Adv. João Victor Queiroz do Nascimento

PACIENTE: Gutemberg Carneiro de Barros

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

6729

EMENTA: Constitucional. Processual Penal. Habeas Corpus liberatório. Paciente denunciado como incurso no art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Despacho de manutenção da prisão provisória pelo Juízo **a quo** não acostado aos autos. Inviabilidade de discussão nesta via. Concessão de liberdade provisória que se afigura inviável, ante a presença de elementos que autorizam a prisão preventiva. Ameaça à ordem pública. Gravidade do delito praticado. Os predicados individuais relativos aos bons antecedentes, ocupação, residência fixa, por si sós, não inviabilizam a custódia cautelar, quando outros fatores recomendam-na. Alegação de excesso de prazo. Inocorrência. Sumário da culpa concluído. Processo na fase das alegações finais. Inteligência da Súmula 52. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 213789-5, da 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital, em que figuram, como impetrante, o Dr. João Victor Queiroz do Nascimento e, como paciente, **Gutemberg Carneiro de Barros**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia 09/06/2010, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo consoante parecer, relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 09 de junho de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Caúla Reis



249

HABEAS CORPUS Nº 213789-5 (RECIFE – 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes).

IMPETRANTE: Adv. João Victor Queiroz do Nascimento.

PACIENTE: Gutemberg Carneiro de Barros.

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de ordem de habeas corpus, com pretensão liminar, manejado pelo Advogado João Victor Queiroz do Nascimento, em favor de **Gutemberg Carneiro de Barros**, apontando como autoridade coatora o Exmo. Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital.

Informa o impetrante, na exordial de fls. 02/08, que o paciente foi preso, em 03/02/2010, pela suposta prática do ilícito previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/2006 (Processo nº 0003343-65.2010.8.17.0001).

Aduz ter sido requerida a liberdade provisória do ora paciente, o que foi indeferido, em consonância com parecer ministerial.

Afirma que a audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 25/05/2010.

Salienta ser o paciente primário, possuidor de bons antecedentes, trabalho e residência fixa.

Alega constrangimento ilegal, em face da ausência de motivos que fundamentem o despacho que manteve a custódia, bem como do excesso de prazo na instrução processual.

A impetração veio acompanhada de documentos (fls. 09/19)

O Pleito liminar restou indeferido (fls. 26/27).

As informações da autoridade apontada como coatora foram prestadas às fls.34/35.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Nilton de Araújo Barbosa, opinou pela denegação da ordem (fls.41/42).

Este é o brevíssimo relatório.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Cadde Reis



249-A

VOTO

Conforme relatado, sustenta o impetrante, através do presente writ, a ilegalidade da prisão em flagrante de **Gutemberg Carneiro de Barros**, sob o argumento de que o mesmo estaria a sofrer constrangimento ilegal, em face da ausência de motivos plausíveis acerca da decisão, exarada pela autoridade impetrada, pela manutenção da sua prisão, bem assim, reitera o pleito de expedição de alvará de soltura a esta Corte de Justiça, ante a ausência de quaisquer dos fundamentos autorizadores da prisão preventiva, e, favorabilidade das suas condições pessoais. Alega, ainda, o excesso de prazo na instrução criminal.

Instada a se manifestar, o Magistrado oficiante deu conta de que o paciente restou preso, em flagrante delito, em 03 de fevereiro de 2010, de posse de oitenta e nove (89) pedras de "crack". Acrescentou que, foram rejeitados os pedidos de soltura do paciente, por estarem presentes os motivos autorizadores da medida constritiva.

No mais, informou que a audiência de instrução e julgamento do processo a que responde **Gutemberg Carneiro de Barros** foi designada para o dia 25 de maio de 2010.

Por derradeiro, a Pesquisa do Sistema Informatizado de Acompanhamento Processual do 1º Grau, esclarece que, no dia supramencionado, o Juízo *a quo*, depois de aceitar a antecipação do oferecimento das alegações finais pela defesa do acusado, deliberou, abrindo vista dos autos ao Ministério Público, para se pronunciar sobre a testemunha faltosa, e, na hipótese de desistência da mesma, para que apresente as suas alegações finais.

Diante do que restou esclarecido, os pleitos não possuem fundamentos suficientes para ensejar a concessão da ordem.

Com efeito. Nos presentes autos, não consta qualquer decisão acerca da manutenção da custódia cautelar do paciente pelo Juízo *a quo*, razão porque é incabível a esta Corte de Justiça, pelo menos neste momento, a verificação de carência na sua fundamentação.

De qualquer sorte, o delito imputado a **Gutemberg Carneiro de Barros**, ora paciente, é de extrema gravidade, representando sério perigo à sociedade, que fica sob exposição direta de conduta delitiva como a descrita nos autos, justificando-se, assim, a necessidade do seu encarceramento.

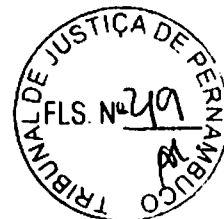
Diante de tais constatações, afigura-se incabível a pleiteada liberdade provisória.

É o que estatui o art. 310, parágrafo único do Código de Processo Penal.

A propósito, assim, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Cadla Reis



250

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO E TRÁFICO ILEGAL DE ENTORPECENTES (COCAÍNA E CRACK). PRISÃO EM FLAGRANTE. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. AMEAÇA À ORDEM PÚBLICA. APREENSÃO DE EXPRESSIVA QUANTIDADE DO ENTORPECENTE. NECESSIDADE DEMONSTRADA. EXCESSO DE PRAZO. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA ORDEM PREJUDICADA.

A expressiva quantidade de cocaína e crack apreendida, quando da prisão em flagrante do paciente, justifica o indeferimento do pedido de liberdade provisória, tendo em vista a indiscutível ameaça à ordem pública...." (HC 40035/RS, 5ª Turma, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, j. 06.09.2005, pub. Em 26.09.05).

Nesse cenário, os predicados individuais relativos aos bons antecedentes, ocupação, residência fixa etc., por si sós, não inviabilizam a custódia cautelar, quando outros fatores recomendam-na, consoante reiterada orientação do Supremo Tribunal Federal, na forma abaixo transcrita:

"Fatores como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e profissão definida, não bastam para afastar a possibilidade de prisão preventiva quando está ditada por qualquer das razões previstas no artigo 312 do CPP" (STF – RT 643/361).

Outrossim, é possível concluir-se que a hipótese não configura constrangimento ilegal, pois o excesso de prazo acha-se superado, uma vez que já ocorreu o encerramento da instrução criminal.

Nesse sentido, colho o seguinte julgado:

STF: "Em alegações finais, encerrada a instrução do processo, superado está o excesso de prazo eventualmente verificado" (RT 562/426).

Por certo, trata-se de situação que reclama o acolhimento da Súmula 52 do STJ: "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação do constrangimento por excesso de prazo".

Posto isso, acompanho o parecer ministerial e voto no sentido da denegação da ordem.

Recife, 09 de junho de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho
Relator Substituto